

Jornal Notícias

01-08-2014

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 110603

Temática: Justiça

Dimensão: 421

Imagem: S/Cor

Página (s): 12

Rádio e jornal em tribunal por fraude de 70 mil ao Estado

CAMINHA Gabinete de Meios de Comunicação Social enganado com faturas falsas

Nuno Miguel Maia e Óscar Queirós
policia@jn.pt

AS PROPRIETÁRIAS da rádio Caminhense e do jornal quinzenário com o mesmo nome foram acusadas pelo Ministério Público de Caminha de, com recurso a faturas falsas, terem recebido indevidamente quase 70 mil euros em subsídios do Estado. As fraudes na obtenção de subsídios ocorreram em múltiplos negócios, entre 2007 e 2010.

O “esquema” terá sido engendrado em 2007, quando a “Rádio Jornal Caminhense, Lda”, gerida por Teresa e Elsa Cepa, se candidatou ao Incentivo à Iniciativa Empresarial e Desenvolvimento Multimédia, que previa participação do Estado, a fundo perdido e através do Gabinete dos Meios de Comunicação Social, até 50% de projetos de desenvolvimento.

Diz a acusação que as arguidas se reuniram com os donos da ABSSL-Audio Broadcasting Software System, Lda., de Viseu, e da Marinfor, de Viana, obtendo destas empresas acordo para duplicar



Gestoras da rádio são acusadas de usar faturas falsas

nas faturas o valor real dos equipamentos e ações de formação, de modo a garantir financiamento pelo valor total dos investimentos.

No total, com faturas com valores em duplicado e em conluio com as empresas, a

rádio e o jornal terão recebido 69 393,25 euros.

Na primeira experiência, a estratégia funcionou. E, um ano depois, Teresa e Elsa Cepa repetiram o “esquema”. Com faturas pelo dobro do valor real, o Estado participou, de novo a fundo perdido. Voltou a correr bem, pelo que – não há duas sem três –, no ano seguinte (2009), as Cepa voltaram à carga, pedindo nova subvenção. Recebida a totalidade do dinheiro pelas empresas fornecedoras, os valores a desviar regressavam às contas da rádio e jornal, através de supostos serviços.

A alegada fraude foi descoberta em 2010 e originou agora acusação do Ministério Público. Os 10 arguidos podem, agora, tentar evitar a ida a julgamento, requerendo a abertura de instrução. ●

MINISTÉRIO PÚBLICO EXIGE RESTITUIÇÃO

Além das proprietárias da rádio e do jornal, o MP acusou mais oito arguidos, incluindo duas empresas, por alegada cumplicidade na fraude ao Estado em 70 mil euros. O Ministério Público exige que estas quantias sejam restituídas.